

1 **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL**  
2 **DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE**  
3 **FRANCA/SP – CMDCAF– 24/04/2024.** Ao dia vinte e quatro de abril  
4 de dois mil e vinte e quatro, às 8h00, realizou-se a reunião em  
5 formato presencial na Secretaria de Ação Social - Salão (Endereço:  
6 Av. Champagnat, 1750 — Centro, Franca-SP,14400–320). A mesma  
7 foi coordenada pela presidente Vanessa Aparecida Barbosa Tristão,  
8 que saudou a todos e fez verificação do quórum. Estiveram presentes  
9 REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO E REPRESENTANTES  
10 DA SOCIEDADE CIVIL. Vanessa inicia a reunião fazendo a  
11 verificação do quórum e apresenta a justificativa dos Conselheiros  
12 ausentes. Logo, a presidente passa para os informes, fazendo a  
13 leitura da Notícia de Fato N° 0722.0000550/2024 MP que apresenta  
14 denúncias sobre a irregularidade em estabelecimentos de ensino da  
15 educação infantil de Franca, pontuando a inexistência de fundamento  
16 para a propositura da ação civil pública ou para qualquer outra  
17 medida legal, a denúncia é arquivada. A Conselheira Tutelar Viviane  
18 relata as visitas que fizeram nas creches em que houve denúncias, e  
19 não apresentavam nenhuma irregularidade. Vanessa acrescenta um  
20 informe sobre a publicação do Edital de Chamamento Público que  
21 ocorreu no sábado 20/04/2024, conseqüentemente se faz necessário  
22 publicar Comissão de Análise e Seleção de Projetos Sociais. Sendo  
23 assim, houve um diálogo sobre a substituição da Conselheira Eloá  
24 do Poder Público, já que a mesma está afastada por problemas de  
25 saúde. Equilibrando os representantes do Poder Público e da  
26 Sociedade Civil, visto que, apenas dois representantes do Poder  
27 Público estavam presentes na Reunião, caso não haja substituto o

28 nome da Eloá permanece. Prosseguindo para o Ofício N ° 059/2024  
29 enviado pelo Prefeito sobre a Adequação da representação do Poder  
30 Público Municipal às determinações do CONANDA - Conselho  
31 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Vanessa faz a  
32 leitura do documento e explica a correção da lei, pontua também  
33 elogios a Flávio sobre seu trabalho para arrecadar fundos para o  
34 Conselho. Ela cita que acha contraditório o Poder Público Municipal  
35 querer ser mais representado, pois eles não participam das reuniões.  
36 Após ampla conversa foi deliberado pelo Colegiado as mudanças nas  
37 representações do conselho municipal da criança e do adolescente.  
38 Rose fala sobre a importância da participação nas reuniões, de  
39 mandar seu suplente quando não for possível comparecer, ou seja,  
40 de ter uma representação. Geovana fala sobre todas as pessoas  
41 participantes do conselho ter que atuar em uma comissão e sobre a  
42 dinâmica do colegiado do CMAS. Alex e Flávio discorrem sobre.  
43 Conseqüentemente, devido essa adequação houve a discussão do  
44 colegiado sobre as indicações do poder público e os representantes  
45 da sociedade civil, realizando as devidas alterações. Deliberam pelas  
46 adequações propostas. Seguindo para as questões dos migrantes,  
47 Vanessa pergunta para Flávio qual sua opinião sobre a abordagem  
48 social que é uma entidade cadastrada, mas disseram não poder  
49 comparecer à reunião; Vanessa solicita que espelhe o Ofício da  
50 SEDAS, informa que apesar de terem recebido um retorno por ofício  
51 as perguntas feitas pelo Conselho sobre a situação das crianças  
52 migrantes no município não foram respondidas. Sobre o Serviço de  
53 Abordagem convidado para essa reunião a fim de contribuir com o  
54 debate Flávio diz que podem convocá-los. Deliberam para a

55 convocação. José Chimionato lê o documento enviado como  
56 resposta ao Ofício 040/2024. Vanessa questiona ao colegiado se  
57 alguma das perguntas feitas por eles foram respondidas neste  
58 documento, e concordam que não. Vanessa conta a história da  
59 artista de rua que expôs as famílias com crianças migrantes nas  
60 redes sociais, e relata o seu receio em essas famílias serem tratadas  
61 mal, por isso chamaram a abordagem social para a reunião. A  
62 palavra é passada para a Conselheira Tutelar, Andreia, que relata  
63 que a mídia e a polícia cobraram um posicionamento deles sobre  
64 essas famílias, daí fizeram contato com a divisão da proteção social  
65 especial e com a abordagem social. A abordagem explicou para o  
66 Conselho Tutelar sobre a composição da equipe técnica, o horário de  
67 funcionamento, e que quando há demanda fora do horário é vista no  
68 whatsapp posteriormente. Quanto a Divisão da Proteção Social  
69 Especial relata que são oito famílias no total, todas cadastradas, três  
70 de Franca e o restante de fora que são trazidos para cá, e  
71 apresentado a possibilidade de um automóvel estar relacionado com  
72 alguma prática criminosa, o qual foi encaminhado para investigação.  
73 Andreia fala sobre esse vácuo, momento que fica sem ninguém para  
74 atender na abordagem e que queriam que o Conselho suprisse isso,  
75 a mesma e coloca que não é atribuição do Conselho Tutelar atender  
76 quando a abordagem não tem disponibilidade, enfim não teve um  
77 consenso sobre esse horário de atendimento que a população fica  
78 sem ser atendida pela equipe de abordagem. Andreia lê a notícia de  
79 fato referente ao Ministério Público informando o que foi explicado  
80 em reunião, suas funções, bem como as irregularidades da  
81 abordagem social, o qual não obtiveram resposta até o momento. Iuri



82 relata tentativa de contato com o CREAS de Ribeirão Preto para obter  
83 informações sobre essas famílias de migrantes, pois parece que  
84 muitas vivem em Ribeirão Preto e vem para Franca aos finais de  
85 semana angariar recursos financeiros, porém sem êxito. Andreia do  
86 CIEE, comenta que reconheceu migrantes em Franca, visto no  
87 município de Ribeirão Preto. Pontua que o município de Ribeirão  
88 Preto está realizando um ótimo trabalho, explica como esses  
89 migrantes vivem e como o município está cuidando da situação, que  
90 pode fazer uma interlocução. Vanessa fala que frente ao Ofício do  
91 Conselho Tutelar, o atendimento da abordagem é insuficiente, que  
92 houve 43 denúncias fora do horário, e pergunta ao colegiado se  
93 acham que o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de  
94 Franca faz alguma coisa sobre, ou seja, retifica o Ofício do Conselho  
95 Tutelar. Concordam em convocar a Pastoral do Menor, para uma  
96 Reunião e conversar. A reunião é encerrada. Eu, Alba Valéria de  
97 Oliveira Ruiz Biondi, lavrei a presente ATA, que uma vez aprovada  
98 em reunião, será publicada.